

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

#### SENHORES ACIONISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

#### CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Panamericano Leasing" ou "Companhia") é uma empresa controlada pelo Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Banco"), que detém 99,97% de seu capital total. A empresa é de capital aberto, mas não tem ações negociadas em Bolsas de Valores, e atua basicamente no segmento de financiamento de veículos novos e usados, através de operações de leasing financeiro.

#### EVENTOS RECENTES

Em 18 de janeiro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas do Panamericano aprovaram as propostas da Administração para, entre outros, aumentar o capital social do Panamericano em até R\$1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 31 de janeiro de 2012, os controladores do Panamericano integralizaram a totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias no aumento de capital aprovado em 18 de janeiro. Desta forma, o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") exerceu seu direito de subscrição de 81.897.014 ações ordinárias, no valor total de R\$495,5 milhões, enquanto a Caixa Participações S.A. ("Caixapar") exerceu seu direito de subscrição de 78.685.354 ações ordinárias, no valor total de R\$476,0 milhões.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, foi aprovada pelos acionistas do Panamericano a homologação parcial do aumento de capital, com a subscrição de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$1.758.929.416,75.

Em 8 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil ("Bacen") aprovou o aumento de capital e a reforma estatutária do Panamericano, conforme deliberados nas Assembleias Gerais de 18 de janeiro de 2012 e 1º de junho de 2012.

O aumento de capital do Panamericano fortalece sua capacidade de expandir suas operações, inclusive através da Panamericano Leasing, se for o caso. Adicionalmente, a integralização, pelos controladores indiretos da Companhia, BTG Pactual e Caixapar, da totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias e preferenciais no aumento de capital do Panamericano, reforçam seu suporte e compromisso com o Panamericano e suas empresas controladas.

#### DESEMPENHO FINANCEIRO

A redução das receitas com operações de arrendamento mercantil, reportada no exercício de 2011, se manteve ao longo de 2012, gerando uma receita de R\$462,3 milhões no período, comparada à receita de R\$627,3 milhões em 2011. A menor produção se deveu à queda na demanda do mercado de leasing como um todo, aliada ao maior rigor na concessão de créditos sob a nova administração, que fez com que a produção de novas operações diminuísse.

As concessões de crédito através de arrendamento mercantil representaram no Panamericano 0,003% dos financiamentos de veículos de janeiro a dezembro de 2012. A queda no volume de operações e a redução nas Rendidas de Intermediação Financeira no período geraram efeitos que foram mais do que compensados pelas reduções das despesas de provisão para devedores duvidosos e das despesas de

depreciação. Assim, o Resultado Bruto de Intermediação Financeira da Companhia foi positivo em R\$412 mil no exercício de 2012, comparado ao resultado de R\$31,7 milhões no exercício de 2011. O Resultado Operacional ficou negativo em R\$65,9 milhões em 2012, comparado ao resultado negativo de R\$48,0 milhões em 2011. A Panamericano Leasing apresentou, em 2012, um Prejuízo Líquido de R\$35,5 milhões, comparável ao Prejuízo Líquido de R\$3,2 milhões em 2011.

#### AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no exercício de 2012 a Panamericano Leasing não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

#### AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 18 de Fevereiro de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS			
(Em milhares de reais - R\$)			
ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
<b>Circulante</b>		<b>33.518</b>	<b>159.363</b>
Disponibilidades		2.487	1.298
Operações de arrendamento mercantil		(23.242)	(33.701)
Arrendamentos a receber - setor privado	5	147.679	262.403
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	5c	(139.473)	(248.219)
Outros créditos		45.051	162.127
Rendas a receber		-	5
Diversos	6	45.051	162.122
Outros valores e bens		9.222	28.639
Outros valores e bens	7a	7.095	8.339
Despesas antecipadas (Despesas antecipadas)	7a	(5.613)	(5.534)
Despesas antecipadas	7b	7.740	25.834
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>208.333</b>	<b>188.390</b>
Operações de arrendamento mercantil		(25.855)	(40.757)
Arrendamentos a receber - setor privado	5	121.416	330.997
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	5c	(121.416)	(330.997)
Outros créditos		227.824	221.024
Rendas a receber		73	-
Diversos	6	227.751	221.024
Outros valores e bens		8.364	8.123
Despesas antecipadas	7b	8.364	8.123
<b>Permanente</b>		<b>763.897</b>	<b>1.351.698</b>
Investimentos		3.938	2.709
Participação em coligada	8	3.938	2.709
Imobilizado de arrendamento	9	759.959	1.348.989
Bens arrendados		835.753	1.428.821
Superveniência de depreciação	9	594.924	844.661
Depreciação acumulada		(670.718)	(924.493)
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.005.748</b>	<b>1.698.451</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO			
(Em milhares de reais - R\$)			
	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
<b>Circulante</b>		<b>358.110</b>	<b>589.624</b>
Depósitos		396	274.136
Depósitos interfinanceiros	10a	396	274.136
Outras obrigações		357.714	315.488
Fiscais e previdenciárias	12a	92.213	597
Obrigações por recursos tomados com garantia	12b	-	11.828
Diversas	12c	265.501	303.063
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>590.456</b>	<b>1.006.163</b>
Depósitos		237.904	331.965
Depósitos interfinanceiros	10a	237.904	331.965
Outras obrigações		342.552	674.198
Fiscais e previdenciárias	12a	145.455	254.012
Obrigações por recursos tomados com garantia	12b	-	30.449
Diversas	12c	197.097	389.737
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>67.182</b>	<b>102.664</b>
Capital de domiciliados no País	13	141.521	141.521
Prejuízos acumulados		(74.339)	(38.857)
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.005.748</b>	<b>1.698.451</b>

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011			
(Em milhares de reais - R\$)			
	Capital social	Prejuízos	Total
	141.521	(35.582)	105.939
	-	(3.275)	(3.275)
	141.521	(38.857)	102.664
	141.521	(38.857)	102.664
	-	(35.482)	(35.482)
	141.521	(74.339)	67.182
	141.521	(67.929)	73.592
	-	(6.410)	(6.410)
	141.521	(74.339)	67.182

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010			
Prejuízo			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011			
Prejuízo			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
Saldo em 31 de Junho de 2012			
Prejuízo			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS			
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)			

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, de veículos e outros bens. É uma empresa controlada pelo Banco Panamericano S.A., sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco Panamericano S.A. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as instituições.

Em 27/05/2011, o Banco BTG Pactual S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30/03/2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13/06/2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31/01/2011.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com a observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos (CVM), dando ao processo de conversão contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a Companhia, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologadas pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - Homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2012, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 18/02/2013.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, e que são utilizados pela companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.

**b) Apuração do resultado**  
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro - rata" dia dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moeda estrangeira são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

**c) Títulos e valores mobiliários**  
Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias, conforme disposto:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

**d) Operações de arrendamento mercantil**  
A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

**I. Arrendamento a receber**  
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

**II. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)**  
Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

**III. Imobilizado de arrendamento**  
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

**IV. Superveniência (insuficiência) de depreciação**  
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "III" citados anteriormente diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando a taxa de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (nota 5), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

**V. Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa**  
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os exercícios de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de arrendamento vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

**e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros**  
As operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue: para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos: em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício de forma segregada; e em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos: em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação; e em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do exercício, pelo prazo remanescente da operação.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011			
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)			
	Nota explicativa	2º Semestre 2012	Exercício 2011
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>221.349</b>	<b>462.301</b>
Operações de arrendamento mercantil		221.349	462.301
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(211.905)</b>	<b>(461.889)</b>
Operações de captação no mercado	10.b	(11.099)	(36.418)
Operações de arrendamento mercantil		(175.785)	(354.524)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.d	(25.021)	(70.947)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>9.444</b>	<b>412</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(24.359)</b>	<b>(66.314)</b>
Receitas de prestação de serviços		64	76
Despesas de pessoal	14	(1.072)	(3.608)
Outras despesas administrativas	15	(15.820)	(36.797)
Despesas tributárias	16	(3.308)	(8.199)
Resultado de equivalência patrimonial	8	633	1.303
Outras receitas operacionais	17.a	2.357	14.212
Outras despesas operacionais	17.b	(7.213)	(33.301)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(14.915)</b>	<b>(65.902)</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>3.846</b>	<b>5.925</b>
<b>Resultado Antes dos Tributos e Participações</b>		<b>(11.069)</b>	<b>(59.977)</b>
<b>Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>4.659</b>	<b>24.495</b>
Provisão para imposto de renda		8.301	22.709
Ativo fiscal diferido		(3.642)	1.786
<b>Prejuízo</b>		<b>(6.410)</b>	<b>(35.482)</b>
<b>Prejuízo por Ação em Circulação - Em RS</b>		<b>(582.73)</b>	<b>(3.225.64)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
(Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	2º Semestre 2012	Exercício 2011	Exercício 2010
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>				
<b>Prejuízo</b>		<b>(6.410)</b>	<b>(35.482)</b>	<b>(3.275)</b>
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:				
Depreciações		84.940	231.212	428.456
Constituição/Reversão de provisão para contingências		2.648	16.159	13.360
Resultado de participações em coligadas		(633)	(1.303)	(227)
Insuficiência (Superveniência) de depreciação	4	90.825	123.291	(120.575)
Despesa (reversão) com provisão de bens não de uso próprio		(145)	(35)	(445)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		25.021	70.947	55.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.659)	(24.495)	(41.675)
Lucro na venda de bens arrendados		(113.542)	(213.393)	(143.973)
Lucro na venda de bens não de uso próprio		(3.701)	(5.890)	(2.608)
Lucro Líquido ajustado		74.344	161.011	184.064
<b>Variação de Ativos e Passivos:</b>		<b>(310.269)</b>	<b>(615.730)</b>	<b>(477.184)</b>
Redução em Títulos e Valores Mobiliários (Redução) em operações de arrendamento mercantil		(49.722)	(96.309)	(13.129)
Redução em outros créditos		2.576	112.134	50.226
Redução em outros valores e bens (Redução) em depósitos		7.654	19.114	21.675
(Redução) em outras obrigações (Redução) em outras obrigações		(121.202)	(367.801)	(188.387)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Usado nas Atividades Operacionais</b>		<b>(235.925)</b>	<b>(454.719)</b>	<b>(293.120)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
Alienação de bens não de uso próprio		8.148	14.615	22.954
Alienação de imobilizado de arrendamento		241.525	458.930	357.977
Aquisição de imobilizado de arrendamento		(9.300)	(11.009)	(75.933)
Aquisição de bens não de uso próprio		(2.864)	(6.628)	(13.506)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Usado nas Atividades de Investimento</b>		<b>237.509</b>	<b>455.908</b>	<b>291.492</b>
<b>Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>1.584</b>	<b>1.189</b>	<b>(1.628)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício</b>		<b>903</b>	<b>1.298</b>	<b>2.926</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício</b>		<b>2.487</b>	<b>2.487</b>	<b>1.298</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO				
PARA O 2º SEMESTRE DE 2012 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011				
(Em milhares de reais - R\$)				
	2º Semestre 2012	Exercício 2011	Exercício 2010	
<b>Receitas</b>	<b>202.147</b>	<b>410.986</b>	<b>577.735</b>	
Intermediação financeira	221.349	462.301	627.305	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.021)	(70.947)	(55.026)	
Outras	5.819	19.632	5.456	
<b>Despesas de Intermediação Financeira</b>	<b>(101.844)</b>	<b>(159.700)</b>	<b>(112.104)</b>	
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(22.585)</b>	<b>(69.518)</b>	<b>(61.250)</b>	
Serviços de terceiros	(6.169)	(11.436)	(12.587)	
Comissões pagas a lojistas e promotores	(7.153)	(29.022)	(38.160)	
Outros	(9.263)	(38.160)	(20.631)	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>77.618</b>	<b>181.738</b>	<b>404.381</b>	
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>(84.940)</b>	<b>(231.212)</b>	<b>(428.456)</b>	

\* continuação

### 9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2012	31/12/2011
Veículos e afins	20% a 57,10%	835.753	(670.718)	165.035	504.328
Superveniência de depreciação		594.924	-	594.924	844.661
<b>Total em 31/12/2012</b>		<b>1.430.677</b>	<b>(670.718)</b>	<b>759.959</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2011</b>		<b>2.273.482</b>	<b>(924.493)</b>	<b>-</b>	<b>1.348.989</b>

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelas arrendatárias, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

### 10. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

#### a) Depósitos:

	1 a 30 dias			31 a 180 dias			181 a 360 dias			Acima de 360 dias		
	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011	
* Depósitos interfinanceiros (1)	48	167	181	237.904	238.300	-	-	-	-	-	-	
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>48</b>	<b>167</b>	<b>181</b>	<b>237.904</b>	<b>238.300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Total em 31/12/2011</b>	<b>53.856</b>	<b>165.065</b>	<b>55.215</b>	<b>331.965</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>606.101</b>	<b>-</b>	

(1) São representados por captações em depósitos interfinanceiros pós-fixados junto ao Banco Panamericano S.A., controlador da Companhia. As captações pós-fixadas, com vencimento até novembro de 2015, estão atreladas à taxa do CDI mais juros, sendo a taxa máxima de 1,98% ao mês.

#### b) Despesas de depósitos e obrigações por recursos tomados com garantia:

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas de depósito e obrigações por recursos tomados com garantia (1)	35.957	91.504
Despesas de obrigações vinculadas cessão	461	20.600
<b>Total</b>	<b>36.418</b>	<b>112.104</b>

(1) Classificada em despesas com operações de captação no mercado.

### 11. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

#### a) Obrigações legais:

Refere-se à provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS, no montante de R\$ 48.535 (R\$ 42.504 em 31/12/2011) que vêm sendo questionados judicialmente, e encontra-se amparados por sentença favorável de primeira instância. A Companhia está questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98, e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são possíveis.

#### b) Provisão para contingências:

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos ou pela sua prescrição.

#### Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras - em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço. Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

#### Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores. Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais. Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

#### I - Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2012	31/12/2011
Processos trabalhistas	1.684	1.211
Processos cíveis	4.656	5.173
Processos tributários	17.360	7.188
<b>Subtotal (a)</b>	<b>23.700</b>	<b>13.572</b>
Provisão para riscos fiscais (b)	48.535	42.504
<b>Total</b>	<b>72.235</b>	<b>56.076</b>

(a) Nota 12c; e

(b) Classificados na rubrica "Outras Obrigações - fiscais e previdenciárias" (Nota 12a).

#### II - Movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>1.211</b>	<b>5.173</b>	<b>7.188</b>	<b>13.572</b>	<b>42.504</b>	<b>56.076</b>
Constituições Líquidas de Reversões	629	3.674	11.856	16.159	6.031	22.190
Baixas	(156)	(4.191)	(1.684)	(6.031)	-	(6.031)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>1.684</b>	<b>4.656</b>	<b>17.360</b>	<b>23.700</b>	<b>48.535</b>	<b>72.235</b>

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar, impactos representativos no resultado da Companhia.

#### III - Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:

No 3º trimestre de 2012, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166. A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

### 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e Previdenciárias:

	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações fiscais diferidas (Nota nº 23b)	180.342	211.165
Provisão para riscos fiscais (Nota nº 11b)	48.535	42.504
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	8.112	-
Impostos e contribuições a recolher	334	-
Refis Lei nº 11.941/09	343	393
Outros	2	547
<b>Total</b>	<b>237.668</b>	<b>254.609</b>

#### b) Obrigações por recursos tomados com garantia:

	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações por recursos tomados com garantia (*)	-	42.277
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>42.277</b>

(\*) Refere-se a valores a pagar oriundos de cessão de direitos creditórios de operação de arrendamento mercantil com vencimento até outubro de 2014, liquidado totalmente em 12/12/2012.

#### c) Diversas:

	31/12/2012	31/12/2011
Credores por antecipação de valor residual	436.828	674.376
Provisão contingências cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota nº 11b)	23.700	13.572
Outros	2.070	4.852
<b>Total</b>	<b>462.598</b>	<b>692.800</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

#### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 2012 e 2011, está representado por 11.000 ações ordinárias, nominativas, no valor unitário de R\$ 12.865,59.

##### b) Reservas de lucros:

Reserva legal - Nos termos do estatuto social, a companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da companhia. Ademais, a companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

##### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da lei.

#### 14. DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2012	31/12/2011
Proventos	1.976	5.876
Encargos sociais	754	2.288
Benefícios	878	2.071
<b>Total</b>	<b>3.608</b>	<b>10.235</b>

#### 15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2012	31/12/2011
Comissões pagas a lojistas e promotoras	19.922	28.032
Serviços prestados por terceiros	9.177	10.885
Serviços técnicos especializados	2.259	1.702
Processamento de dados	18	659
Serviços do sistema financeiro	919	1.184
Despesas com busca e apreensão de bens	215	376
Aluguéis	-	125
Despesas de Publicações e Publicidade	18	-
Taxas e emolumentos	19	2.352
Despesas com custas de cobrança	2.985	2.006
Despesas com custas judiciais	581	-
Outras	684	235
<b>Total</b>	<b>36.797</b>	<b>47.556</b>

#### 16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.408	6.761
COFINS	2.997	3.410
PIS	487	554
Impostos e Taxas	307	15
<b>Total</b>	<b>8.199</b>	<b>10.740</b>

#### 17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

##### a) Outras receitas operacionais:

	31/12/2012	31/12/2011
Recuperação de encargos e despesas (1)	13.451	-
Outras rendas operacionais	520	1.911
Reversão de Provisões	241	998
<b>Total</b>	<b>14.212</b>	<b>2.909</b>

(1) Valor referente a repasse de assessorias

##### b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2012	31/12/2011
Constituição de provisão	14.600	10.966
Variação monetária passiva	2.551	3.418
Reversão de valores a receber	7.983	-
Desconto concedido	7.955	-
Outras	212	436
<b>Total</b>	<b>33.301</b>	<b>14.820</b>

#### 18. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro na alienação de bens não de uso próprio	5.890	2.608
Desvalorização de outros valores e bens	35	445
<b>Total</b>	<b>5.925</b>	<b>3.053</b>

#### 19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo			Receitas	Receitas
(passivo)		(passivo)	(despesas)	(despesas)
Banco Panamericano S.A.	9	260	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>260</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

##### Títulos e valores mobiliários (b)

Banco Panamericano S.A.	-	-	(708)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(708)</b>	<b>-</b>

##### Outros créditos - diversos (c)

Banco Panamericano S.A.	615	87.840	-	-
<b>Total</b>	<b>615</b>	<b>87.840</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

##### Rendas a receber (d)

Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	73	-	-	-
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

##### Depósitos interfinanceiros (e)

Banco Panamericano S.A.	(238.300)	(606.101)	(35.957)	(91.504)
<b>Total</b>	<b>(238.300)</b>	<b>(606.101)</b>	<b>(35.957)</b>	<b>(91.504)</b>

##### Outras despesas administrativas (f)

Panamericana de Seguros S.A.	-	-	-	(130)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(130)</b>

(a) Referem-se a recursos disponíveis junto ao Banco Panamericano S.A.;

(b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas;

(c) Referem-se a valores a receber da empresa ligada;

(d) Juros sobre o capital próprio a receber;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas.

#### b) Remuneração dos Administradores

No exercício de 2012 não houve pagamento aos administradores da companhia.

#### 20. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Conforme Resolução CMN nº 3.490/07 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. A Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., como parte integrante do Conglomerado Financeiro Panamericano, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco Panamericano S.A. Em 31/12/2012 o Banco Panamericano S.A. apresentou o Índice de Basileia 14,13% no consolidado financeiro e 11,68% no consolidado econômico-financeiro. O Banco Panamericano S.A. realiza a mensuração do capital regulatório a partir dos modelos padronizados definidos pelo CMN e BACEN. Os limites operacionais são apurados mensalmente e o capital comparado com a exigência decorrente das exposições aos riscos de mercado, relacionado à ponderação de ativos (risco de crédito, entre outros), operacional e de taxas de juros da carteira de não-negociação. Consoante aos preceitos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), o BACEN publicou as Circulares nºs 3.366, 3.368, 3.383, 3.389, 3.498 e 3.568, que definem as metodologias das parcelas de capital necessárias para os Riscos de Crédito, Mercado e Operacional, respectivamente, bem como a Resolução nº 3.444, que altera as regras de apuração do Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais.

### 21. DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

As instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo BACEN, os quais são definidos e autorizados pela Administração. As operações e seus respectivos instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedg*e de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira Banking: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consiste em sua maioria pelas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização (operações de crédito) e seus eventuais *hedges*.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*), conforme as determinações da Instrução CVM nº 475/08. Os resultados reproduzem os potenciais impactos das exposições financeiras das Carteiras (principalmente do fator taxa de juros), em situações normais e de estresse. Entretanto, não implicam necessariamente em realização de prejuízo financeiro ou contábil para a empresa. A administração pode alterar a sua estratégia, por meio de mecanismos de mercado, reposicionando em seus ativos e passivos e seus respectivos fatores de risco, o que minimiza o impacto de uma eventual mudança de cenário.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir do cenário base (dados de mercado de 31/12/2012), sendo considerados sempre os impactos negativos nas nossas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram impactos fiscais.

**Cenário 1:** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a.

**Cenário 2:** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a.

**Cenário 3:** Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a.

#### Análise de Sensibilidade em 31/12/2012.

Fatores de Risco	Exposições sujeitas à variação de:	CENÁRIOS		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de Juros Pré Fixadas	(42)	(7.675)	(14.999)
<b>Total em 31/12/2012</b>		<b>(42)</b>	<b>(7.675)</b>	<b>(14.999)</b>
<b>Total em 31/12/2011</b>		<b>(87)</b>	<b>(21.894)</b>	<b>(42.</b>